TERMO DE COMPROMISSO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL Nº 100.13/2019 QUE CELEBRAM O INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL, A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP PELOS IMPACTOS AMBIENTAIS NEGATIVOS, SIGNIFICATIVOS E NÃO MITIGÁVEIS CAUSADOS PELA IMPLANTAÇÃO DO PARCELAMENTO DE SOLO URBANO DO SETOR HABITACIONAL ARNIQUEIRA.

Processo de Licenciamento Ambiental - 00391-00020770/2017-32

Processo de Compensação Ambiental - 00391-00004595/2018-17

O INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL – BRASÍLIA AMBIENTAL, autarquia distrital criada pela Lei nº. 3.984, de 28 de maio de 2007, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do DF, CGC/MF nº. 08.915.353/0001-23, com sede na SEPN 511 - Bloco C - Edifício Bittar – Brasília – DF, doravante denominado **BRASÍLIA AMBIENTAL**, representado neste ato por seu presidente, **RÔNEY TANIOS NEMER**, servidor público, solteiro, residente e domiciliado nesta capital, portador do RG nº [REDACTED], e do CPF nº [REDACTED], no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto nº. 39.558, de 20 de dezembro de 2018; a **AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL – TERRACAP**, CNPJ 00.359.877/0001-73 situada no SDN - Bloco F, Edifício-Sede da Terracap, doravante denominada **COMPROMITENTE**, neste ato representado pelo seu Presidente **IZÍDIO SANTOS JÚNIOR**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº [REDACTED] e inscrito no CPF sob nº [REDACTED] residente e domiciliado nesta capital, considerando que:

I) O meio ambiente equilibrado é um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;

II) O Princípio do Poluidor/Usuário Pagador, estabelecido no art. 4º, VII, e seguintes, da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, impõe ao poluidor/predador a obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, a contribuição pela utilização dos recursos ambientais com fins econômicos;

III) A Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, estabelece em seu artigo 36, que o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação, nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, cuja forma de cumprimento foi regulamentada pelo Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, em seus arts. 31 a 34;

IV) A Lei Complementar n.º 827, de 22 de julho de 2010, institui o Sistema Distrital de Unidades de Conservação da Natureza - SDUC, e dá outras providências;

V) A Instrução n.º 076/IBRAM, de 5 de outubro de 2010, que estabelece procedimentos para o cálculo da Compensação Ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental negativo e não mitigável, licenciados pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal, Brasília Ambiental – IBRAM;

VI) O Termo de Concordância n.º 08/2018 - IBRAM (7893781), no qual a COMPROMITENTE reconhece o valor calculado da Compensação Ambiental e assume a responsabilidade de firmar Termo de Compromisso de Compensação Ambiental;

VII) O Parecer Técnico SEI-GDF n.º 13/2018 - IBRAM/PRESI/SULAM/COINF (7128536), que se manifestou favoravelmente à elaboração da licença de instalação para o empreendimento em tela;

VIII) A Licença de Instalação - Corretiva SEI-GDF n.º 7/2018 - IBRAM/PRESI/SULAM/GEREC (8038931), especificamente sua condicionante n.º 8;

IX) As Deliberações n.ºs 02/2020 - CCAF (37152355), 09/2019 - CCAF (32389146), 15/2019 - CCAF (32650304), 16/2019 - CCAF (32656754), 17/2019 - CCAF (32664766), 19/2019 - CCAF (32668820) e 12/2020 – CCAF (44762481), que definem a forma e o local para utilização dos recursos da compensação ambiental aqui tratada;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO para cumprimento da obrigação de compensação ambiental devida, a qual perfaz um total de **R\$ 64.582.406,87 (sessenta e quatro milhões, quinhentos e oitenta e dois mil quatrocentos e seis reais e oitenta e sete centavos)**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente TERMO DE COMPROMISSO objetiva o cumprimento da compensação ambiental pelos significativos impactos ambientais negativos e não mitigáveis causados pela implantação do parcelamento de solo urbano do Setor Habitacional Arniqueira nos termos da Licença de Instalação - Corretiva SEI-GDF n.º 7/2018 - IBRAM/PRESI/SULAM/GEREC (8038931), de interesse da COMPROMITENTE, conforme a Deliberações n.ºs 02/2020 (37152355), 09/2019 (32389146), 15/2019 (32650304), 16/2019 (32656754), 17/2019 (32664766), 19/2019 (32668820) e 12/2020 – CCAF (44762481) da Câmara de Compensação Ambiental e Florestal – CCAF/IBRAM.

1.2. Fica definido que, para o cumprimento da compensação ambiental aqui tratada, a COMPROMITENTE deverá custear as seguintes ações:

- a.** aquisição de três câmeras de videomonitoramento para o Parque Lago do Cortado, como projeto piloto na parceria entre IBRAM e Secretaria de Segurança Pública (SSP/DF), cujo custo estimado é de R\$ 143.759,95 (cento e quarenta e três mil setecentos e cinquenta e nove reais e noventa e cinco centavos), conforme consta do processo nº 00391-00004669/2019-04;
- b.** execução de obras e serviços de recuperação de talude da cachoeira localizada no interior do Parque Ecológico do Cortado, cujos custos estimados são de R\$ 243.311,91 (duzentos e quarenta e três mil, trezentos e onze reais e noventa e um centavos), nos termos apresentados no processo 00112-00017156/2019-16;
- c.** implantação de equipamentos de uso público no Parque Urbano e Vivencial do Gama, cujo custo estimado é de R\$ 2.867.985,37 (dois milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, novecentos e oitenta e cinco reais e trinta e sete centavos), conforme consta do processo nº 00391-00009493/2019-79;
- d.** revitalização ou reforma da infraestrutura de equipamentos públicos do Parque Recreativo do Gama, cujo custo estimado é de R\$ 1.548.365,36 (um milhão, quinhentos e quarenta e oito mil, trezentos e sessenta e cinco reais e trinta e seis centavos), conforme consta do processo nº 00391-00009910/2019-83;
- e.** revitalização do Parque Ecológico Veredinha, cujo custo estimado é de R\$ 2.454.111,78 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, cento e onze reais e setenta e oito centavos), conforme consta do processo nº 00391-00009666/2019-59;
- f.** execução de obras de reforma de 02 (duas) pontes situadas no Parque Ecológico Olhos d'Água, cujo custo estimado é de e R\$ 267.780,25 (duzentos e sessenta e sete mil setecentos e oitenta reais e vinte e cinco centavos), conforme consta do processo nº 00391-00007926/2019-51
- g.** revitalização e implantação de infraestruturas e equipamentos públicos no Parque de Uso Múltiplo Morro do Careca, cujo custo estimado é de R\$ 557.842,02 (quinhentos e cinquenta e sete mil reais e dois centavos), conforme consta do processo nº 00391-00009670/2019-17;
- h.** revitalização e implantação de infraestruturas e equipamentos públicos no Refúgio de Vida Silvestre Gatumé, cujo custo estimado é de R\$ 726.924,99 (setecentos e vinte e seis mil, novecentos e vinte e quatro reais e noventa e nove centavos), conforme consta do processo nº 00391-00009674/2019-03;
- i.** revitalização e implantação de infraestruturas e equipamentos públicos no Parque Ecológico das Garças, cujo custo estimado é de R\$ 908.206,69 (novecentos e oito mil, duzentos e seis reais e sessenta e nove centavos), conforme consta do processo nº 00391-00009675/2019-40;
- j.** implantação, revitalização ou reforma da infraestrutura de equipamentos públicos do Parque Ecológico e Vivencial da Vila Varjão, cujo custo estimado é de R\$ 2.148.791,65 (dois milhões, cento e quarenta e oito mil, setecentos e noventa e um reais e sessenta e cinco centavos), conforme consta do processo nº 00391-00009722/2019-55;
- k.** implantação, revitalização ou reforma da infraestrutura de equipamentos públicos do Parque Ecológico e Vivencial da Candangolândia, cujo custo estimado é de R\$ 2.372.697,67 (dois milhões, trezentos e setenta e dois mil, seiscentos e noventa sete reais e sessenta e sete centavos), conforme consta do processo nº 00391-00009727/2019-88;
- l.** revitalização e implantação de infraestruturas e equipamentos públicos no Parque Ecológico Olhos D'água, cujo custo estimado é de R\$ 593.905,40 (quinhentos e noventa e três mil, novecentos e cinco reais e quarenta centavos), conforme consta do processo nº 00391-00009629/2019-41;
- m.** revitalização ou reforma da infraestrutura de equipamentos públicos do Parque Ecológico das Copaíbas, cujo custo estimado é de R\$ 674.713,20 (seiscentos e setenta e quatro mil, setecentos e treze reais e vinte centavos), conforme consta do processo nº 00391-00009731/2019-46;

- n.** implantação, revitalização ou reforma da infraestrutura de equipamentos públicos do Parque Ecológico e Vivencial Bosque dos Eucaliptos, cujo custo estimado é de R\$ 1.425.509,91 (um milhão, quatrocentos e vinte e cinco mil, quinhentos e nove reais e noventa e um centavos), conforme consta do processo nº 00391-00009720/2019-66;
- o.** revitalização do Parque Ecológico do Lago Norte, cujo custo estimado é de R\$ 562.642,05 (quinhentos e sessenta e dois mil, seiscentos e quarenta e dois reais e cinco centavos), conforme consta do processo nº 00391-00009677/2019-39;
- p.** revitalização ou reforma da infraestrutura de equipamentos públicos do Parque Recreativo de Santa Maria, cujo custo estimado é de R\$ 1.344.941,58 (um milhão, trezentos e quarenta e quatro mil, novecentos e quarenta e um reais e cinquenta e oito centavos), conforme consta do processo nº 00391-00009717/2019-42;
- q.** implantação de equipamentos de uso público no Parque Ecológico Sementes do Itapoã, cujo custo estimado é de R\$ 498.769,48 (quatrocentos e noventa e oito mil, setecentos e sessenta e nove reais e quarenta e oito centavos), conforme consta do processo nº 00391-00009733/2019-35;
- r.** implantação de infraestrutura de equipamentos públicos do Parque Ecológico e Vivencial da Ponte Alta do Gama, cujo custo estimado é de R\$ 1.918.423,41 (um milhão, novecentos e dezoito mil, quatrocentos e vinte e três reais e quarenta e um centavos), conforme consta do processo nº 00391-00009561/2019-08;
- s.** revitalização do Parque Ecológico Ezechias Heringer, cujo custo estimado é de R\$ 2.113.013,86 (dois milhões, cento e treze mil e treze reais e oitenta e seis centavos), conforme consta do processo nº 00391-00009592/2019-51;
- t.** revitalização ou reforma da infraestrutura de equipamentos públicos do Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo, cujo custo estimado é de R\$ 1.599.657,95 (um milhão, quinhentos e noventa e nove mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e noventa e cinco centavos), conforme consta do processo nº 00391-00009671/2019-61;
- u.** revitalização e implantação de infraestruturas e equipamentos públicos no Parque Ecológico do Areal, cujo custo estimado é de R\$ 1.640.914,02 (um milhão, seiscentos e quarenta mil, novecentos e quatorze reais e dois centavos), conforme consta do processo nº 00391-00009672/2019-14;
- v.** revitalização do Parque Ecológico Asa Sul, cujo custo estimado é de R\$ 738.152,29 (setecentos e trinta e oito mil, cento e cinquenta e dois reais e vinte e nove centavos), conforme consta do processo nº 00391-00009665/2019-12.

§ 1º - A descrição e quantitativos dos materiais a serem adquiridos serão oportunamente apresentados pelo IBRAM, conforme o caso.

§ 2º - A execução dos recursos aqui previstos limita-se ao valor máximo da compensação ambiental devida, disposto no item 2.1 deste TERMO, cabendo ao BRASÍLIA AMBIENTAL estabelecer prioridades de execução na hipótese de haver insuficiência de recursos para execução da totalidade dos itens elencados acima ou apresentar novas demandas a serem atendidas no caso de haver saldo residual após sua execução, devendo-se, neste último caso, observar a competência da Câmara de Compensação Ambiental e Florestal - CCAF;

§ 3º - No interesse da COMPROMITENTE, os valores efetivamente pagos para custear as ações previstas neste TERMO poderão ultrapassar o valor estabelecido para cada ação, configurando-se como doação da COMPROMITENTE em benefício do meio ambiente.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO CÁLCULO DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

2.1. O valor da compensação ambiental objeto deste TERMO perfaz o valor atualizado de R\$ 64.582.406,87 (sessenta e quatro milhões, quinhentos e oitenta e dois mil quatrocentos e seis reais e oitenta e sete centavos), conforme Parecer Técnico SEI-GDF n.º 13/2018 - IBRAM/PRESI/SULAM/COINF (7128536) e a Memória de Cálculo n.º 84697622.

§ 1º - A Compensação Ambiental foi calculada de acordo com o método proposto na Instrução n.º 076/IBRAM, de 05 de outubro de 2010, combinado com a Instrução n.º 001/IBRAM, de 16 de janeiro de 2013, tendo como base o Valor de Referência apresentado pelo empreendedor e o Grau de Impacto calculado em “2,150”, obtido a partir de informações contidas nos estudos ambientais constantes dos autos;

§ 2º - O valor da compensação ambiental foi atualizado considerando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA-E, de acordo com o disciplinado no Art. 14-B da Lei n.º 11.516 de 28 de agosto de 2007 e de acordo com a Memória de Cálculo n.º 84697622.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – Do BRASÍLIA AMBIENTAL:

3.1 Apresentar os projetos necessários à execução das obras e serviços referidos no item 1.2 da Cláusula Primeira deste TERMO, exceto os referidos às alíneas “a”, “b” e “c”, bem como os referentes às obras de construção de coopervia/ciclovias e cercamentos, para as quais deverá apresentar as diretrizes para elaboração dos projetos pela TERRACAP;

3.2 Constituir Comissão de Acompanhamento das obras e serviços listados no item 1.2 da Cláusula Primeira, com exceção da alínea “c”, cuja atribuição será a de apresentar os subsídios mencionados no item 3.1 desta Cláusula, bem como emitir notificações, solicitações, pareceres, recomendar aplicação de sanções e penalidades, realizar vistorias e emitir termos de recebimento de obras e atestado de execução de serviços, além de outras ações necessárias à execução do presente Termo de Compromisso, no que se refere às obrigações do BRASÍLIA AMBIENTAL;

3.3 Emitir Termo de Quitação em até 60 (sessenta) dias após recebimento de todos os documentos comprobatórios da execução completa da compensação, considerando a manifestação da Comissão a que se refere o item 3.2 desta Cláusula;

3.4 Avaliar e autorizar, quando solicitado, a divulgação das ações decorrentes do objeto deste TERMO, inclusive as utilizadas na Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental da COMPROMITENTE;

3.5 Aditar o presente Termo de Compromisso para efetivar o saldo remanescente da Compensação Ambiental, uma vez que este Termo de Compromisso prevê a execução de R\$ 37.134.148,38, observando-se a competência da Câmara de Compensação Ambiental e Florestal - CCAF.

II – Da COMPROMITENTE:

3.6 Executar o Objeto do presente TERMO no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, contados da apresentação dos subsídios a que se refere os itens 3.1 e 3.10 da Cláusula Terceira deste TERMO, o qual poderá ser prorrogado, mediante a apresentação de justificativa ao BRASÍLIA AMBIENTAL;

3.7 Apresentar ao BRASÍLIA AMBIENTAL relatórios trimestrais sobre o andamento das obras e dos serviços aqui previstos e, ao término das atividades, encaminhar o respectivo relatório final, respeitando a formalidade e adequação dos documentos fiscais correspondentes, incluindo, em relação a estes, manifestação quanto à conformidade de tais documentos, inclusive em relação à Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, emitida por profissional contabilista legalmente habilitado.

3.8 Solicitar ao BRASÍLIA AMBIENTAL autorização para divulgação das ações decorrentes do objeto deste TERMO, na Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental.

3.9 Aditar o presente Termo de Compromisso para efetivar o saldo remanescente da Compensação Ambiental, uma vez que este Termo de Compromisso prevê a execução de R\$ 37.134.148,38.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1. O presente TERMO terá um prazo de vigência de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, devendo, em caráter excepcional, ser prorrogado mediante termo aditivo se assim necessário à efetiva execução de seu objeto.

CLÁUSULA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

5.1. Modificações no valor da compensação, no escopo ou no prazo de vigência pactuados no presente TERMO serão objeto de prévio ajuste entre as partes e formalizadas mediante Termo Aditivo;

5.2. Alterações específicas nos prazos definidos para execução das ações previstas e decorrentes deste TERMO poderão ser autorizadas pela Presidência do BRASÍLIA AMBIENTAL, mediante solicitação da COMPROMITENTE;

5.3. Finalizado o prazo de vigência de que trata a Cláusula Quarta deste Termo de Compromisso e havendo valor residual da compensação ambiental ainda não executado, este será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, por ocasião da prorrogação do referido prazo de vigência, conforme Instrução IBRAM nº 001/2013 e Instrução IBRAM nº 075/2018;

5.4. Eventuais alterações decorrentes de situações emergenciais que possam colocar em risco pessoas ou bens poderão ser efetuadas de imediato pela COMPROMITENTE, devendo o fato ser imediatamente comunicado ao BRASÍLIA AMBIENTAL.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1. O não cumprimento pela COMPROMITENTE dos prazos e obrigações constantes deste Termo poderá implicar em suspensão ou cancelamento da Licença Ambiental concedida à COMPROMITENTE, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis e da obrigação de reparar os danos porventura existentes.

§ 1º - A não observância pela COMPROMITENTE dos prazos e obrigações aqui pactuados, por motivos de caso fortuito ou força maior, na forma prevista em lei, não constituirá descumprimento do termo, desde que a justificativa seja comunicada ao BRASÍLIA AMBIENTAL, no prazo de até 30 (trinta) dias, que, se for o caso, fixará novo prazo para o adimplemento da obrigação não cumprida.

§ 2º - A COMPROMITENTE terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação do BRASÍLIA AMBIENTAL, para apresentar justificativa escrita das razões do descumprimento.

§ 3º - Rejeitada a justificativa da COMPROMITENTE, ou no caso de não ser apresentada, o BRASÍLIA AMBIENTAL adotará as medidas administrativas cabíveis relativas à suspensão ou cancelamento da licença ambiental, após notificação da decisão à COMPROMITENTE.

§ 4º - Não ocorrerão penalidades nem prazos contra a COMPROMITENTE decorrentes de eventuais condutas, atrasos ou omissões atribuídas exclusivamente ao BRASÍLIA AMBIENTAL.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO JUDICIAL

7.1. O presente Termo de Compromisso constitui título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784 do Código de Processo Civil de 2015. O descumprimento das condições aqui acordadas enseja Processo de Execução, independente de Processo de Conhecimento, sem prejuízo das sanções administrativas pertinentes ao não cumprimento das condicionantes definidas na licença ambiental e das sanções penais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICIDADE

8.1. Caberá à COMPROMITENTE a publicação do extrato deste TERMO DE COMPROMISSO no Diário Oficial do DF, conforme modelo disponibilizado pelo BRASÍLIA AMBIENTAL, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua assinatura, para a produção dos seus efeitos.

8.2. O comprovante da publicação deverá ser entregue ao BRASÍLIA AMBIENTAL no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de suspensão do referido termo.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1 Eventuais litígios oriundos do presente instrumento serão dirimidos no Foro da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento, na presença de duas testemunhas que também o subscrevem, para que produzam, entre si, os legítimos efeitos de direito.

RÔNEY TANIOS NEMER

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - BRASÍLIA AMBIENTAL

Presidente

IZÍDIO SANTOS JÚNIOR

Companhia Imobiliária de Brasília

Presidente

Testemunhas:

Nome: **Leo Henrique Pereira**

CPF: [REDACTED]

Nome: **Willian Alves do Nascimento**

CPF: [REDACTED]